

FEMINISMO NEGRO ACADÊMICO: EXPERIÊNCIAS DE PROFESSORAS NEGRAS

Academic black feminism: experience of black teachers

Feminismo negro acadêmico: experiencia de docentes negras

WELLINGTON PEREIRA¹
ORCID: 0000-0002-4109-0896

RESUMO

No presente artigo, serão abordadas algumas reflexões em torno das categorias trabalho e trabalho intelectual, bem como as formas como esses conceitos incidem sobre a vida de professoras negras na Universidade Federal da Bahia, na construção do que se entende como intelectual negra. O acesso às entrevistadas deu-se a partir de informantes dessa instituição de ensino. Formalizado o primeiro contato, iniciou-se a vivência com as sujeitas, construída a partir de três bases que considero fundamentais: 1) empatia: colocar-se no lugar da outra, refletindo sobre a condição da sujeita naquele espaço; 2) escuta: estar atento às histórias contadas pela entrevistada, buscando compreender e interpretar sua representação sobre determinado fenômeno; e 3) vivência do contexto: de modo que a prática pedagógica feminista negra leva as sujeitas professoras negras a uma (re)dimensão de sua condição de trabalho e de trabalho intelectual. O trabalho acadêmico estabelece relação não apenas com a construção do conhecimento, mas também com o engajamento político e social, visando à transformação do espaço universitário brasileiro.

Palavras-chave: Feminismo negro; Insurgência; Raça; Pedagogia feminista negra.

ABSTRACT

In the present article, some reflections are presented on the categories of work and intellectual work, as well as on the ways in which these concepts impact the lives of Black female professors at the Federal University of Bahia, in the construction of what is understood as a Black intellectual. Access to the interviewees was facilitated through informants from this educational institution. Once the first contact was established, the immersion with the participants began, built upon three fundamental pillars: 1) empathy: putting oneself in the other's place, reflecting on the participant's condition in that space; 2) listening: being attentive to the stories told by the interviewee, seeking to understand and interpret her representation of a given phenomenon; and 3) contextual experience: in such a way that Black feminist pedagogical practice leads Black female professors to a (re)dimensioning of their condition as workers and as intellectuals. Academic work is related not only to the construction of knowledge but also to political and social engagement aimed at transforming the Brazilian university space.

Keywords: Black feminism; Insurgency; Race; Black feminist pedagogy.

¹ Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM). Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (2015). Atualmente, pesquisa trajetórias de professoras negras no magistério superior federal. É membro pesquisador do Coletivo Angela Davis/UFRB. Cientista social com ênfase em Antropologia, possui experiência em pesquisas sobre raça, gênero e suas intersecções com sexualidade e alteridades. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1184814869354130>

RESUMEN

En el presente artículo se presentan algunas reflexiones sobre las categorías de trabajo y trabajo intelectual, así como sobre las formas en que estos conceptos inciden en la vida de las profesoras negras de la Universidad Federal de Bahía, en la construcción de lo que se entiende como intelectual negra. El acceso a las entrevistadas se realizó a partir de informantes de esta institución educativa. Una vez establecido el primer contacto, comenzó la inmersión con las participantes, construida sobre tres pilares fundamentales: 1) empatía: ponerse en el lugar de la otra, reflexionando sobre la condición de la participante en ese espacio; 2) escucha: estar atento a las historias contadas por la entrevistada, buscando comprender e interpretar su representación de un fenómeno determinado; y 3) experiencia contextual: de manera que la práctica pedagógica feminista negra conduce a las profesoras negras a una (re)dimensión de su condición como trabajadoras y como intelectuales. El trabajo académico se relaciona no solo con la construcción del conocimiento, sino también con el compromiso político y social orientado a la transformación del espacio universitario brasileño.

Palabras clave: Feminismo negro; Insurgencia; Raza; Pedagogía feminista negra.

1. INTRODUÇÃO

No presente artigo, apresento algumas reflexões em torno das categorias trabalho e trabalho intelectual, e as formas como esses conceitos incidem sobre a vida de professoras negras na Universidade Federal da Bahia (UFBA) na construção do que se entende como intelectual negra, pois observo que estar nesse lugar significa ter uma conexão integral com as ações políticas, sociais e coletivas, além de estar constantemente na luta contra o racismo e o sexismo. Para tanto, tenho como base o Feminismo Negro e sua epistemologia na construção desse debate e dessa reflexão social².

A etnografia desenvolvida na tese de doutorado que dá origem a este artigo contou com a participação de dez interlocutoras, todas autodeclaradas negras, sendo que seis delas nasceram na Bahia e quatro em outros estados (duas em São Paulo, uma no Rio Grande do Sul e uma no Espírito Santo). As sujeitas da pesquisa advêm dos Institutos de Letras (cinco), de Química (uma) e de Física (uma) e das Escolas de Enfermagem (uma), Direito (uma) e Arquitetura e Urbanismo (uma). Realizei a pesquisa entre 2018 e 2019, e o contato inicial com as entrevistadas ocorreu primeiramente através de indicação e depois da técnica de *snowball*, e, por conta disso, há um maior número de interlocutoras vinculadas ao Instituto de Letras.

Saliento que todos os nomes das entrevistadas/interlocutoras são fictícios, escolhidos por elas a partir de sentimentos de afinidade, afeição e/ou admiração intelectual. Entre as escolhas, algumas optaram por nomes de personagens de livros, enquanto outras preferiram nomes de escritoras, intelectuais e ativistas – todas mulheres negras. O grande desafio da pesquisa se constituiu em reunir os dados a partir de diferentes técnicas de coleta, privilegiando a etnografia como o principal meio para este fim. Mas, afinal, o que é uma etnografia? Quais são os passos para realizá-la? É possível conduzir uma etnografia na contemporaneidade?

A etnografia é construída na relação entre os/as sujeitos/as e os códigos culturais e na forma como se constroem os significados que daí emergem. Ela é um método e ao mesmo tempo um mecanismo que contribui para a interpretação e a reflexão social. De modo prático, podemos dizer que a etnografia é constituída a partir da observação participante, do caderno de campo, das entrevistas, das informações dos/as interlocutores/as e das análises. E realizar etnografia na contemporaneidade é um grande desafio, sobretudo em razão das relações que precisamos estabelecer com os diferentes grupos sociais.

Clifford Geertz (2008) destaca a necessidade de realizar uma leitura da cultura, compreendendo-a como uma teia de significados e símbolos que orientam a interpretação. Propõe, assim, a elaboração de uma *descrição densa*, que considere o modo como cada pessoa se relaciona com os signos e lhes atribui sentido. James Clifford (1998), por sua vez, evidencia elementos centrais da experiência etnográfica que atravessam a autoridade do etnógrafo, a partir de sua vivência, bem como sua relação com o caderno de campo e com a escrita.

Malinowski (1982), um dos primeiros a se aventurar na etnografia, enfatiza a importância de uma descrição que expresse o “estar lá”, o “sangue e a carne” da experiência – ou seja, a necessidade de o/a antropólogo/a

² Este artigo é uma construção realizada a partir da tese de doutorado intitulada “Feminismo negro acadêmico: resistência e práticas insurgentes nas trajetórias de professoras universitárias negras”, defendida em 2022 no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM/UFBA), sob a orientação da professora Angela Figueiredo, que contribuiu com as análises do caderno de campo sob a ótica do feminismo negro, colaborando para a percepção do feminismo negro acadêmico.

estar presente no locus da pesquisa. O autor destaca a relevância de trazer os dados empíricos por meio de sua codificação e interpretação, como resultado da observação, das anotações no caderno de campo e do contato estabelecido com o/a informante da pesquisa, aquele/a que orienta o/a pesquisador/a no caminho até os/as entrevistados/as..

No sentido do que foi apresentado, destaco a condição do/a antropólogo/a que vivencia diferentes contextos e estabelece relações com os/as sujeitos/as e grupos, compartilhando o cotidiano da comunidade – morando, comendo e dormindo no local de pesquisa. Nesse processo, o caderno de campo torna-se um instrumento fundamental para a coleta e a sistematização dos dados. Estar em campo é, portanto, estar imerso/a no contexto da comunidade. Roberto Cardoso de Oliveira (1996) ressalta que é necessário desenvolver um olhar treinado para observar, interpretar os signos e representar seus significados, sendo essencial ouvir o/a informante ou entrevistado/a para extrair o máximo de informações que subsidiem a escrita etnográfica.

Atrevo-me a escrever sobre o fazer etnográfico na contemporaneidade, apresentando como experienciei a etnografia, o campo, a utilização do caderno de campo, a observação, a descrição e o acesso às informantes deste trabalho. O início da vivência com as sujeitas deu-se a partir de uma construção fundamentada em três bases que considero essenciais: (1) empatia, como a capacidade de se colocar no lugar da outra, refletindo sobre sua condição naquele espaço; (2) escuta, compreendida como uma atenção ativa à narrativa da entrevistada, buscando apreender e interpretar sua representação sobre determinado fenômeno – enquanto ouvir é um ato mecânico vinculado ao sentido da audição, a escuta exige atenção e reflexão sobre o que é dito; e (3) vivência do contexto, entendida como a experiência cotidiana construída no decorrer do processo, na qual o pesquisador se pergunta, a cada encontro, sobre a relação estabelecida com a sujeita pesquisada, observando a sequência de fatos e dados que serão posteriormente interpretados.

Nas idas ao campo de pesquisa para encontrar-me com as professoras negras, eu estava sempre munido do caderno de campo e utilizava essas três importantes técnicas para a coleta de dados. Ao articular esses três pontos, buscava exercitar a observação participante. Outro aspecto significativo era o empenho em interpretar os símbolos e códigos sociais registrados no caderno de campo após as observações, buscando dialogar com as análises das entrevistas e refletindo sobre as anotações e os achados simbólicos – afinal, é de suma importância analisar os dados coletados.

A etnografia é um exercício cotidiano que requer disciplina, tempo, dedicação e rigor no trato dos dados. Isso significa que o/a pesquisador/a precisa estar intensamente envolvido/a com o tema. A etnografia não é apenas uma metodologia nem somente um mecanismo de reflexão antropológica; ela é ambas as coisas ao mesmo tempo. Pode ser caracterizada como uma simbiose entre teoria, prática científica, metodologia e instrumento de coleta de dados.

Tomo agora a categoria *tempo* para refletir sobre aspectos relevantes do fazer etnográfico. O tempo aqui é compreendido como circular, e não linear – tal como o orixá Tempo/Iroco, que representa a circularidade e a ancestralidade, com sua grande árvore de raízes que crescem de forma não linear, desenhando curvas, subindo e descendo, trançando-se e conectando-se com o espaço e consigo mesma. Penso nos encontros entre as pessoas, que criam laços, se comunicam, desviam de barreiras e estão sempre em busca de vencer obstáculos. Refletir sobre a trajetória das professoras negras é, portanto, pensar de forma circular, visto que, a partir da memória e da atuação em rede, as identidades e as trajetórias vão se formando.

Outro fator que compõe o tempo é a cronologia, constituída pela ancestralidade. Se o tempo é uma criação humana que articula presente, passado e futuro – dimensões nas quais os fenômenos se manifestam –, ele se revela circular, pois conecta os/as sujeitos/as ancestrais aos/as sujeitos/as contemporâneos/as, compondo fenômenos sociais históricos que se expressam em nossa sociedade de forma diversa e articulada. Assim, a forma circular do tempo se manifesta nas ações das professoras negras, por meio do diálogo entre elas e a comunidade externa, bem como entre elas e os/as estudantes negros/as.

Podemos pensar nesse tempo circular que conecta diferentes tempos e realidades históricas, como na tradução de autoras feministas negras norte-americanas que as professoras apresentam aos/as estudantes, ao mesmo tempo em que vivenciam o ingresso de estudantes negros/as por meio das políticas públicas de ações afirmativas, via cotas raciais. Nesse contexto, emergem temas de pesquisa relacionados às suas realidades, assim como demandas – entre elas, a necessidade de bolsas de permanência, de assistência estudantil e o desafio de construir um currículo plural. A circularidade, presente nas raízes profundas de Tempo, desvia dos obstáculos por baixo da terra, tal como os fenômenos sociais que se desenvolvem nas relações cotidianas de nosso contexto social.

O tempo circular também se relaciona com a ancestralidade e com as mulheres do Movimento Negro. As professoras que lutaram e ainda lutam pelas ações afirmativas e por melhorias na educação também integram esse círculo, pois suas trajetórias influenciam outros/as professores/as e estudantes negros/as. Essas mulheres são pontos de ligação na luta por uma educação mais justa, atuando como exemplos de intelectuais negras, militantes e feministas. É importante ressaltar que as professoras entrevistadas têm suas ações na UFBA fundamentadas em práticas feministas negras, especialmente vinculadas ao feminismo negro acadêmico, que tem possibilitado a construção de agendas políticas tanto no contexto universitário quanto fora dele.

2. NAVEGANDO COM A PROFESSORA KEHINDE

A professora Kehinde³ convidou-me para participar do grupo de pesquisa que ela coordena, composto por estudantes de graduação, mestrado e doutorado, totalizando 18 integrantes. No dia 5 de maio, às 14h30min, iniciava-se mais uma reunião, cujo objetivo era debater o texto *“Racismo e sexismo na cultura brasileira”* (1984), de Lélia Gonzalez, refletindo sobre como abordar o racismo e o sexismo, bem como a naturalização do racismo no Brasil. A discussão era sempre bem conduzida e coordenada pela professora, que levantava questões instigantes, buscando extrair o máximo de diálogos e debates.

O grupo também se propõe a traduzir textos estrangeiros, sobretudo de feministas negras norte-americanas. Sobre essa questão, a interlocutora aponta:

É preponderante traduzirmos pessoas/sujeitos/as negras, pois existe uma exclusão da literatura negra estrangeira nesse país, a tradução é muito pouca de intelectuais negras, porém o que se traduz é o que as editoras querem, e principalmente o que está no que eles colocam como importante e no auge. Não que traduzir livros de determinada intelectual não seja importante, mas as editoras escolhem o que deve ser traduzido, daí é preciso traduzirmos o que eles não traduzem. [...] outra coisa é uma tradutora ou tradutor negro traduzindo a obra de intelectuais negros e negras, é uma outra cosmovisão, linguagem, isso faz diferença, esse é nosso papel aqui! Além de discutirmos textos e debatermos temas, são discutidos os projetos de pesquisa, a orientação, a tradução, esse exercício de possibilitar, a partir da tradução, que outros estudantes que não dominam o inglês tenham acesso a esses textos. (Kehinde [nome fictício], entrevista pessoal, 2025)

Podemos perceber que o trabalho intelectual vai além da sala de aula, de ministrar conteúdos das diferentes disciplinas, dos projetos de pesquisa e das reuniões de colegiado. Amplas e profundas reflexões são desenvolvidas nos grupos de pesquisa, de tal maneira que o trabalho intelectual também se relaciona com uma agenda de democratização do conhecimento, possibilitando leituras de textos ainda desconhecidos pelo grande público. Traduzir esses textos é oferecer aos/as estudantes que não dominam uma língua estrangeira – neste caso, o inglês – a oportunidade de acesso ao conteúdo, o que constitui uma disputa em torno da produção do conhecimento.

Retomando o texto de Lélia Gonzalez, o debate também abordou as questões da consciência e da memória, refletindo sobre como a mulher negra e sua imagem foram construídas, pensadas a partir das figuras da mãe preta e da ama de leite. Durante a reunião, o debate fluiu intensamente, e um dos estudantes observou: “Lélia Gonzalez tem influência no que conhecemos hoje como interseccionalidade”. A professora Kehinde respondeu: “Sim, ela, como outras autoras, como Angela Davis, já trabalhavam gênero e classe junto com raça e sexualidade. A categoria tem toda uma construção”. Ao final do encontro, houve a partilha de um afetoso lanche: não faltaram empadas doces, pães, sucos e um espaço para diálogos sobre as pesquisas dos/as integrantes do grupo, em um momento de grande descontração. Nesse contexto, a professora ouviu as demandas, sugeriu leituras e perguntou sobre o andamento das demais disciplinas.

Ainda no campo da relação entre trabalho e intelectualidade, em 8 de junho de 2018 ocorreu o *Odúdurwa – I Colóquio Internacional: Língua, Literatura e Epistemologia Iorubana*. No Auditório de Medicina da UFBA, localizado no Terreiro de Jesus, foi realizada uma mesa com a presença das intelectuais negras Conceição Evaristo, Wanda Machado, Wándé Abimbí e Wole Soyinka, que teve como tema “Literatura e epistemologia iorubana”, com foco na linguagem e na língua iorubá. O evento contou também com a presença do Rei de Ifé (Nigéria), Adeyeye Enitan Babatunde Ogunwusi Ojaja II, que, naquele período, esteve em contato com terreiros de candomblé de Salvador, fortalecendo laços culturais e espirituais.

A professora Kehinde foi uma das organizadoras do Colóquio, realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura da UFBA, e aproveitou a visita do rei nigeriano para destacar a relevância de se discutir as 147 línguas não coloniais, com especial atenção ao iorubá, uma vez que muitas de suas palavras influenciam e enriquecem a linguagem cotidiana e o português falado no Brasil. Tal reflexão implica pensar

³ Seguindo recomendações do conselho de ética da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), foram utilizados nomes fictícios para fazer referência às entrevistadas, escolhidos pelas próprias interlocutoras da pesquisa. Dentre as escolhas, as entrevistadas optaram por nomes de personagens de livros, de escritoras, de intelectuais e ativistas; outras escolhas se deram por afeto, rememorando mulheres presentes em suas trajetórias.

a descolonização do conhecimento por meio da incorporação das línguas e da valorização das tradições dos povos colonizados.

O evento foi transmitido também de forma on-line para aqueles/as que não puderam adentrar o auditório, com o objetivo de democratizar a atividade e ampliar seu alcance. Essa foi mais uma ação do grupo de pesquisa coordenado pela professora, na qual todos/as os/as estudantes se envolveram: desde a preparação e as questões técnicas até a divulgação e a coordenação das mesas. Trata-se de um aprendizado amplo, que abrange desde o planejamento e a concepção do evento até sua execução.

Enquanto pesquisador e homem negro, oriundo de diversos encontros com intelectuais negras, reitero que esses momentos sempre se configuram como oportunidades de troca, reciprocidade e aprendizagem — experiências que inspiram e fortalecem. A escritora Conceição Evaristo foi a mais procurada pelos/as estudantes, o que se deve à sua intensa produção, ao seu engajamento na luta contra o racismo e ao pertencimento comum à área de Letras. Ela também inspira jovens estudantes negros/as de outras áreas do conhecimento, por sua produção acadêmica, literária e intelectual, mas, sobretudo, pela forma como utiliza a escrita como instrumento de combate ao racismo e ao sexismo.

O evento foi cuidadosamente planejado durante os encontros do grupo de pesquisa, e foi extremamente interessante observar a ampla participação dos/as integrantes. Segundo a professora Kehinde, tratou-se de uma ação de grande relevância, pois proporcionou aos/as estudantes o contato com um pensamento que rompe com os padrões eurocentrados e os incentivou a refletir sobre novas questões etnográficas relacionadas ao campo.

3. “SOMOS OS POUCOS PROFESSORES NEGROS DESSA ESCOLA, SOMOS REFERÊNCIA PARA OS ESTUDANTES NEGROS”

No dia 22 de junho de 2018, peguei o ônibus da UFBA que transporta estudantes universitários, o BUZUFBA, que faz o roteiro do campus de Ondina ao Vale do Canela, saindo às 07h30min da manhã. O veículo estava cheio de estudantes eufóricos/as com a chegada do São João. Desembarquei, passei em frente aos prédios das Faculdades de Educação e Administração e subi uma grande escadaria até chegar à Escola de Direito. Fui ao encontro da docente Luiza Bairos, para participar da reunião de um dos grupos de pesquisa mais engajados na luta racial na UFBA, o Programa Direito e Relações Raciais (PDRR), do qual a referida professora faz parte, juntamente com outro professor negro. Luiza considera que “há todo um debate racial que o mesmo [o grupo de pesquisa] vem fazendo dentro da Escola de Direito. Somos os poucos professores negros dessa Escola, somos referência para os estudantes negros”.

Naquele dia seria discutido o livro *Os condenados da terra*, de Frantz Fanon (1968). Ao chegar à sala da reunião, já se encontrava presente um número grande de estudantes, majoritária ou até exclusivamente composto de mulheres e homens negros/as. A professora ressaltou que o curso tem agora, com o advento das cotas raciais nos últimos anos, um perfil mais negro ainda, mas que esses/as estudantes são, em sua maioria, oriundos/as da classe C e cursam durante a noite, isso por conta de estarem realizando atividades profissionais durante o dia.

Os encontros do grupo, que acontecem uma vez por mês, contam com um contingente de negros/as bolsistas. Aqui cabe registrar a importância dos programas de bolsas de graduação, de iniciação científica e de permanência, pois garantem que estudantes negros/as cotistas possam se dedicar aos estudos, contribuindo com suas pesquisas para a construção do conhecimento. A sala tinha cerca de 16 estudantes, e o debate naquele dia começou com uma provocação para pensar a relação entre a violência colonial e a luta contra a opressão na construção da nação.

As reflexões giraram em torno da constituição do Direito por meio da concepção colonial, levando à reflexão sobre as formas como o racismo permeia o campo jurídico. A professora Luiza Bairos e o professor negro que compartilha com ela a coordenação do grupo dividiram a fala, através de um trabalho conjunto, o que demonstra uma parceria de gênero entre pares negros. Outro ponto a ressaltar é a atuação de ambos para a formação de estudantes engajados/as na luta antirracista, em busca de construir uma concepção do Direito menos racista e classista.

Durante o encontro, os/as estudantes demonstraram bastante interesse, levantando questões e reiterando a nossa condição de sujeitos/as negros/as na contemporaneidade em relação à colonização, sempre apontando

para as construções históricas e sociais. Surgiram questões como a violência que advém desde o período da escravidão e de como o corpo negro era extremamente violentado — o que continua nos tempos de hoje, através da ação policial, da estrutura social racista e da negação de proteção ao corpo negro. Foi uma manhã de intensos debates e, chegando ao meio-dia, o encontro foi se encerrando, com a despedida para o recesso junino. Muitos/as estudantes são do interior da Bahia e comentaram que, após quase quatro meses, iriam rever os pais, familiares e amigos/as, falando sobre como estavam saindo daquele momento revigorados/as e fortalecidos/as para enfrentar cotidianamente o racismo.

Após a reunião, a professora Luiza se despediu dos/as estudantes e do professor que também coordena o grupo, e me convidou para ir à cantina tomar um café antes de irmos embora. Paramos na cantina da Escola de Direito e conversamos mais um pouco. A professora me perguntou se eu gostei do encontro e falou da importância desses debates, visto que os/as estudantes de Direito têm pouco acesso à literatura que reflete sobre as relações raciais. Ela destacou a importância de estar sempre fomentando esse diálogo e afirmou que o grupo é mais que um espaço para o debate epistemológico e de construção do conhecimento — é uma ação social crítica que visa despertar a consciência racial dos/as estudantes.

Luiza também pontuou o importantíssimo papel do professor que divide com ela a coordenação do grupo, que foi um dos primeiros professores negros a adentrar na Escola de Direito da UFBA. Enquanto fundador do grupo PDRR, ele a convidou para participar, além de estar sempre envolvido na luta contra o racismo estrutural na universidade. Ele é muito combativo no departamento, está sempre atento e envolvido nas bancas de heteroidentificação da UFBA para ingresso de estudantes negros e negras na graduação.

A entrevistada aponta que, além dele, há outro professor na Escola, cuja identidade ela lê como sendo a de um homem negro, mas que não se envolve nas lutas raciais. Luiza cita também uma relação de respeito com outro professor, que entende que o racismo em nossa sociedade existe, apoia as ações e debates sobre o tema, porém não se reconhece como negro — o que ela vê como contraditório, e mesmo apoiando os eventos na Escola de Direito, ele não está presente.

Entre um cafezinho e outro, a conversa foi fluindo; a professora pediu uma empada para acompanhar, e já passava do meio-dia. Então, a docente retomou um tema que havia mencionado na entrevista que me concedera meses antes: sua relação com os professores homens no departamento:

[...] é uma relação de trabalho que é um pouco difícil, tem coisas que vamos pegando aos poucos, como a relação com o machismo, em um espaço de trabalho, em um local que forma pessoas/estudantes para trabalhar com leis. Em uma reunião estava eu no colegiado, e vários temas na pauta, então, fui me posicionar em um desses pontos, um professor branco, quando eu iniciei a fala, me interrompe bruscamente: “Ei... é... você é representante estudantil? Qual semestre você é?”. Respirei fundo... é... Wellington, na hora retruquei: “Sou professora, o senhor me vê aqui todas as reuniões. Eu não falto uma reunião. Passa por mim nos corredores e não me conhece?”. É... acho que não é só machismo, é racismo também. Ele justificou que eu sou muito jovem, pediu desculpa, mas sabemos que não é só isso. Tinha que me posicionar, que demarcar meu lugar. Acontece de professores homens, e os professores negros também, de eu entrar e não puxarem a cadeira para eu sentar, não que eu queira esse lugar de estar sendo hiper tratada, gentileza e respeito vai além do ato de puxar a cadeira, mas eu observo que eles puxam para as professoras brancas, isso diz muito de como nos vêm, de como é marcado o gênero a partir da cor, na relação com o sexismo. (Luiza Bairros, entrevista pessoal, 2025)

A interlocutora continua: “Essa é inusitada, mas fala do racismo [rimos], mas é o que acontece”. Com um leve sorriso, ela conta que um segurança, ao vê-la chegar à Escola de Direito de carro, de um modelo popular, foi ao seu encontro, e disse:

“Ei! E você, é estudante? Não pode estacionar nesse lugar, é reservado para professores”. Naquele momento eu ri, olhei — e ele é um dos nossos, negro, mas o racismo na nossa sociedade o condiciona a pensar que nós negr@s não podemos chegar a ser professores. Eu, então, disse: “Sou professora!”. Ele ficou sem graça, me pediu desculpas, eu desculpei rapidamente [risos]. Ai ele emenda as desculpas informando que ele vinha de Administração e que estava há dez dias no novo posto, mas que o meu carro era diferente dos outros, não era carrão, além de eu ser jovem. Eu disse: “Certo!”. Saí e me encaminhei para o departamento, mas fiquei pensando muito nessa condição de como somos vistas, nós mulheres negras, na academia ou em outros postos, que somos poucas. Essas são algumas das situações vividas nessa minha vivência universitária, enquanto professora. (Luiza Bairros, entrevista pessoal, 2025)

4. ESPAÇOS SONHADOS POR NÓS: REDE DE APOIO ENTRE PROFESSORAS NEGRAS E ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

Nas idas e vindas da observação participante, percorri caminhos e fui compreendendo melhor as professoras negras. Trago mais vivências da imersão em campo, buscando refletir na perspectiva da intelectualidade e considerando as ações cotidianas das professoras negras docentes da UFBA, desta vez na Escola de Enfermagem, com a professora Laura, em uma disciplina do mestrado. A pesquisa foi se desenvolvendo

como uma árvore: a cada dia havia a necessidade de perseverança no cuidado, na forma de regar e construir o processo da etnografia. Assim, ela se desenvolveu, o tempo passou, e chegamos ao mês de dezembro de 2019, na observação participante e nas etnografias em sala de aula.

Trago aqui este exemplo por ter sido a única oportunidade de acompanhar as apresentações de monografia, registrando a importância desse momento por considerá-las uma atividade de trabalho intelectual produzido a quatro mãos, a partir da orientação da professora Laura. Neste caso, ela orienta trabalhos de conclusão de curso sempre envolvendo a perspectiva racial, sendo também muito presente a temática da violência contra crianças negras.

No dia 11 de dezembro, no período da tarde, saí caminhando do fim de linha do Garcia, onde residia, até a Escola de Enfermagem. O clima do bairro já anunciava a chegada do fim do ano. O dia estava bonito, o sol brilhando. Percorri as ruas do Garcia, reduto de uma população negra que mantém, no carnaval, a tradicional Mudança do Garcia, aproveitando a festividade para reivindicar melhorias sociais no âmbito local e na área da saúde, junto às esferas estaduais e federais.

Coincidência, confluência do universo ou olhar e ouvido atentos do pesquisador: ao passar pela Escola Edgard Santos, de nível médio, que fica ao lado da Escola Municipal Hildete Lomanto, dos níveis infantil e fundamental, vi jovens comemorando suas aprovações na escola — jovens negros/as sonhando com a aprovação no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), alimentando a esperança de, por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISU), garantir uma vaga em uma universidade pública federal ou estadual. Um grupo de estudantes comentava sobre suas opções, e duas jovens mencionaram que tentariam a seleção para Enfermagem na UFBA. Eu caminhava justamente para a Escola de Enfermagem, a fim de acompanhar três apresentações de monografias de estudantes negras, refletindo sobre possibilidades e oportunidades que nos dão condições de alcançar os espaços sonhados.

Seguindo a caminhada, dirigi-me à Escola de Enfermagem, situada nas imediações do Hospital das Clínicas e da Reitoria. Cheguei ao prédio de destino e, em seguida, ao auditório, onde aconteceriam três defesas no mesmo dia. Os olhos do pesquisador que vos fala brilharam ao ver as famílias negras presentes: pais, mães, irmãs, namorados/as e amigos/as que estavam ali para assistir às apresentações. A docente Laura afirmou que este “é um momento mais que de avaliação. É de comemoração, de festa”.

O primeiro trabalho apresentado teve como título “Violência institucional contra crianças: percepções da equipe de enfermagem”; seguiu-se outro, “Criança hospitalizada e as percepções de profissionais de enfermagem”; e o terceiro, “Crianças e suas mães no cárcere”. Todos eles foram muito elogiados pela banca. A professora ressaltou o trabalho coletivo, no qual dividiu a orientação com estudantes de doutorado que, segundo ela, acompanham os/as estudantes de graduação — salientando que esse é também um processo de aprendizagem para os/as pós-graduandos/as — e enfatizou que, sem eles/as, não conseguiria dar conta de todas as demandas: dar aula nas disciplinas, escrever e publicar artigos, participar de eventos, propor grupos de trabalho (GTs) em congressos, participar de reuniões de colegiado e ministrar aulas na pós-graduação. Portanto, essa parceria com os/as estudantes de mestrado e doutorado é salutar.

Outro ponto trazido pela professora foi sobre a participação em grupos de pesquisa, quando explicou com bom humor:

Eu aceito no grupo, mas faltou três vezes, pergunto logo qual o caso da falta, de não estar indo. Aqui tem que ter regularidade e compromisso e... mas se pego nas reuniões olhando celular no *WhatsApp*, reclamo logo, namorar via internet aqui não [risos]. Faço isso porque o racismo não admite que nós, negros, falhemos, ou que dispersemos. E depois, temos que ter compromisso para chegarmos nos nossos objetivos. Esse é o resultado de estar nos grupos de pesquisa, nos eventos da graduação e na relação com os pós-graduandos. Parabéns para vocês! (Laura, entrevista pessoal, 2025)

Essa fala aponta a constituição de uma rede de apoio entre professores/as, estudantes de graduação e de pós-graduação negros/as, que implica em uma dimensão de acolhimento. Mas, como afirma a professora Laura, existe uma cobrança sobre o/a estudante negro/a, para que tenha responsabilidade, engajamento, comprometimento e tomada de consciência racial, ou seja, é uma formação integral que valoriza a cidadania e, mais que isso, a consciência racial. Essas observações, registradas no caderno de campo, estão conectadas com o debate sobre o trabalho intelectual e a prática pedagógica feminista negra.

5. PRODUÇÃO ACADÊMICA E TRABALHO: FEMINISMO NEGRO ACADÊMICO

Existem conexões e pontes que confirmam a existência de ligações e comunicações que envolvem a forma e

o fazer acadêmico epistemológico, que tem muito a ver com os/as sujeitos/as, com as identidades de gênero, raça, sexualidade e com biografias sociais na construção de si e do/a outro/a. Felipe Fernandes, Míria Dantas e Marina Pereira (2016, p. 111) tratam a produção das mulheres na UFBA e questionam o masculino universal, afirmando que isso “acaba por dar lugar a uma percepção ou valorização do lugar e participação da mulher na vida social profissional”.

Os autores refletem sobre os privilégios na produção do conhecimento, em especial na Antropologia, apontando que a categoria gênero dos/das pesquisadores/as é essencial nesse processo, e questionam: “Qual o lugar da mulher pesquisadora?” Giovana Cabral e Valter Bazzo (2005), em uma pesquisa realizada no contexto das Ciências Exatas e Tecnológicas, refletem sobre como as mulheres estão fora do campo da produção do saber científico nessas áreas de estudo, o que colabora para a compreensão desses espaços como locais privilegiados para a produção masculina, exacerbando ainda mais o androcentrismo na ciência, conforme podemos observar a seguir:

Atualmente, no Brasil, a média de professoras e pesquisadoras em áreas como a engenharia e a ciência da computação é de aproximadamente 25%. As mulheres estão mais presentes em áreas como letras, linguística, artes e ciências humanas, por exemplo. O cenário é balizado por desigualdades e discriminação, diferenças de oportunidades e desprezo às peculiaridades do trabalho feminino. (Cabral; Bazzo, 2005, p. 4)

Os autores ressaltam a necessidade de pensarmos no percurso que envolve a produção científica, não somente a partir da relação de gênero, centrada no homem branco europeu, apontando para o privilégio masculino. Propomos deslocar o olhar também para a condição racial dos/das sujeitos/as pesquisadores/as, visto que o fazer científico e a produção intelectual também se relacionam com a condição e hierarquização racial. Não basta apenas contestar o privilégio masculino; é necessário pensar na estrutura racista da sociedade brasileira, que permeia também a produção científica.

Podemos considerar, com isso, as reflexões propostas por Iris Oliveira (2019), ao abordar as subjetividades e a construção de si, refletindo sobre as experiências e pensando a condição de negritude no fazer científico. Isso coaduna com o pensamento de Angela Figueiredo (2020, p. 4), que propõe o resgate do percurso teórico-metodológico do Feminismo Negro: “Do ponto de vista da experiência acadêmica, há um movimento político decolonial que pressiona professoras e professores a incorporarem na biografia dos cursos ministrados autoras e autores negros e africanos”. Por isso, a autora destaca a produção científica baseada na categoria experiência, tão cara ao Feminismo Negro.

Nossa proposta é pensar a concepção de um feminismo acadêmico na relação entre o Movimento de Mulheres Negras, o Movimento Quilombola e os coletivos negros dentro das universidades. A partir das trocas e contatos, constrói-se uma relação que produz o que podemos chamar de feminismo negro acadêmico. Nesse percurso, a travessia guia os/as sujeitos/as que ingressam na universidade por meio das cotas, permitindo apresentar novas perspectivas de pesquisa, novos olhares sobre o fazer científico, propostas inovadoras para o currículo e leituras que questionem a estrutura hierárquica da universidade.

Esse feminismo negro acadêmico se forma a partir da categoria experiência, construído por sujeitas que provêm de grupos minoritários e que, ao se encontrarem com outras professoras negras, se reconhecem nelas e passam a dialogar, formando redes e alianças. Assim, podemos pensar em uma agenda política proposta pelos/as estudantes que ingressam nas universidades, muitos/as já identificados/as como feministas negras, muitas oriundas do Movimento de Mulheres Negras. Isso faz com que as professoras negras também se reconheçam nesses corpos e pensamentos, a partir das experiências vivenciadas por meio dos diálogos com diferentes movimentos sociais, estreitando a relação entre professoras e estudantes acadêmicas e fomentando uma produção científica engajada, alinhada a uma perspectiva ativista, já sinalizada pelas professoras.

Segundo Angela Figueiredo (2020, p. 6), “algumas intelectuais e ativistas brasileiras, como Luiza Bairros [autora], foram responsáveis pela tradução, no sentido mais amplo do termo, das importantes contribuições de feministas afro-americanas”. Patricia Hill Collins, por exemplo, nos foi apresentada por Luiza Bairros (1995) no artigo “Nossos feminismos revisitados”, em que a autora articula nossas experiências à perspectiva da intelectual afro-americana na análise de um programa culinário de televisão, no qual uma mulher negra é subordinada a uma mulher branca.

O trabalho acadêmico se relaciona não apenas com a construção do conhecimento, mas também com o engajamento político e social para a transformação do espaço universitário brasileiro. Essa relação se

manifesta na dimensão cosmológica das professoras negras, a partir de suas biografias e da forma como foram constituídas. Assim, esse modo de fazer ciência e esse trabalho intelectual reverberam em uma produção acadêmica engajada, com consciência racial, incluindo autores/as negros/as, construindo projetos de pesquisa e extensão que abordam questões raciais, lecionando disciplinas e promovendo debates.

É importante destacar, ainda, o diálogo entre o Feminismo Negro brasileiro e o afro-americano. O Movimento de Mulheres Negras e suas agendas pressionam a academia brasileira e contribuem para o trabalho intelectual, sendo um motor propulsor da produção científica. Nessa encruzilhada de saberes, a construção do ser pesquisadora se conecta à sua capacidade de agenciamento diante da estrutura e de seus pares, à condição por ela criada e aos caminhos percorridos durante a carreira docente.

6. TRABALHO E CIÊNCIA: DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DO TRABALHO INTELECTUAL

O conceito de trabalho é uma categoria de análise importante para as Ciências Sociais, tanto no seu próprio desenvolvimento quanto para o entendimento dos diferentes grupos sociais, pois trata-se de uma categoria que considera a relação entre o/a sujeito/a e o capital. Nesse sentido, refletir sobre o trabalho perpassa a análise do trabalho intelectual, dos caminhos da construção do saber, da aprendizagem, da avaliação e da produção científica. Conforme aponta Antonio Gramsci (1981), algumas instituições influenciam a concepção de mundo do/a sujeito/a e, portanto, a percepção sobre o trabalho também sofre influência em conformidade com os contextos.

Seria interessante estudar concretamente, em um determinado país, a organização cultural que movimenta o mundo ideologicamente e examina o seu funcionamento prático. Um estudo da relação numérica entre o pessoal que está ligado profissionalmente ao trabalho cultural ativo e a população de cada país seria igualmente útil, com um cálculo aproximativo das forças livres. A escola – em todos os seus níveis – e a Igreja são as duas maiores organizações culturais em todos os países, graças ao número de pessoas que as utilizam. Os jornais, as revistas e a atividade editorial, as instituições escolares privadas, tanto as que integram a escola de Estado quanto as instituições de cultura do tipo das universidades populares. Outras profissões incorporam em sua atividade especializada uma fração cultural não desprezível, como a dos médicos, dos oficiais do exército, da magistratura. (Gramsci, 1981, p. 20)

O autor sinaliza a importância das escolas e universidades na concepção de mundo que cada sociedade desenvolve, afirmando que esse processo precisa ocorrer de forma crítica e consciente, de modo que o trabalho intelectual esteja relacionado à produção reflexiva e à escolha dos/das diferentes sujeitos/as. Gramsci (1981) ressalta que ações teóricas devem ser resultado da prática, enfatizando essa relação. Nesse sentido, o/a intelectual deve vivenciar, na prática, o seu discurso. Ele/ela precisa, a partir de suas vivências e ações, ser um/a intelectual engajado/a, com compromisso social.

Já bell hooks (1995) chama a atenção da importância e do impacto do trabalho intelectual negro na construção de uma relação com sua comunidade, e, para isso, traz o exemplo da sua própria experiência:

No meu caso, voltei-me para o trabalho intelectual na busca desesperada de uma posição posicional que me ajudasse a sobreviver a uma infância dolorosa. Criada numa comunidade segregada sulista pobre e operária, onde a educação era valorizada sobretudo como um meio de mobilidade de classe, a vida intelectual sempre esteve ligada à carreira do ensino. Tratava-se mais do serviço externo como professor ajudando a elevar a raça no qual os professores podiam conquistar aceitação individual dentro da comunidade negra do que de uma vida interior intelectual e personalizada. Criada num mundo assim era mais que evidente que havia uma diferença socialmente aceita entre qualificação acadêmica e tornar-se um intelectual. Qualquer um podia ensinar, mas nem todos seriam intelectuais. E embora a função de professor nos rendesse status e respeito. (hooks, 1995, p. 465)

A autora afirma que encontrou refúgio na vida intelectual e não dissocia intelectualidade da vida política e cotidiana. Explicita que, quando se falava em vida intelectual de negros/as no debate acadêmico afro-americano, apenas os homens negros eram citados como referência, e mesmo os/as estudantes, quando mencionavam alguém, faziam referência a poucas mulheres negras, o que evidencia o sexismo e o machismo presentes nessa questão. As reflexões tecidas apontam para um diálogo muito próximo da realidade brasileira, visto que a experiência das mulheres negras ficou de fora dos debates realizados no interior da academia, e mesmo nas discussões propostas pelos estudos de gênero e feministas, as pesquisadoras brancas não consideraram a experiência de mulheres negras. Sandra Azeredo (1994) e Kia Lilly Caldwell (2000) já apontavam para essa invisibilidade.

hooks (1995, p. 466), ao afirmar que “o papel de ser intelectual negra quanto a sua relação com o mundo de ideias transcende as produções individuais”, chama atenção para o silenciamento das produções das mulheres negras, em razão do *modus operandi* das estruturas racistas, eurocêntricas e patriarcais. Ou

seja, ser intelectual negra é estar conectada às ações políticas e sociais coletivas e estar constantemente na luta contra o sexismo e o racismo. A autora enfatiza que devemos pensar o trabalho intelectual a partir da produção intelectual, destacando a matriz patriarcal e capitalista, bem como a supremacia branca. Nesse sentido, a luta das mulheres negras vai além da perspectiva de Gramsci (1981), que propõe pensar teoria e prática exercendo a reflexividade. As mulheres negras precisam romper os limites impostos pelo sexismo e pelo racismo, bem como superar as invisibilidades intra-gênero, esforçando-se para contrariar a naturalização da inferioridade, ao mesmo tempo em que se dedicam a ser intelectuais voltadas para o bem comum, representando um trabalho intelectual engajado com a comunidade negra.

Mulheres negras buscam elaborar uma produção ancorada no Feminismo Negro e nas epistemologias feministas negras, que possibilitam o diálogo com a comunidade externa à universidade, de modo a contribuir para o desenvolvimento social. “O bom ensino deve ocorrer não como um armazenamento de informações, mas como formação de referenciais e desenvolvimento da capacidade de avaliação, o que vai ser fundamental para a produção científica e tecnológica” (Werneck, 2006, p. 173). Nesse sentido, educação e pesquisa são espaços de produção de trabalho, que, de certa forma, se constituem em mercado de empregabilidade para os/as sujeitos/as pesquisadores/as que vivenciam a produção do conhecimento.

Vera Werner (2006) trata da compreensão da formulação das perspectivas científicas:

Pode ter um conhecimento por experiência como, por exemplo, o modo de dirigir um automóvel sem que tenha a compreensão do processo mecânico que sua ação desencadeia. Pode ainda aceitar, por um comportamento de fé, um ensinamento que lhe é transmitido sem nenhuma consciência de seu conteúdo, como é o caso das superstições. Aquele que toma uma cápsula de remédio, acreditando curar a sua doença com tal procedimento, não tem, na maioria das vezes, nenhum conhecimento da relação da substância contida na pílula com o seu mal-estar. Não se pode, nesses casos, falar em conhecimento propriamente dito ou, pelo menos, em conhecimento científico. Pode-se entender como sabedoria a adequada hierarquização dos valores para a promoção da dignidade humana, o domínio do conhecimento científico e tecnológico de seu tempo, ou a vivência do respeito e da justiça que permitem um melhor desempenho social. (Werneck, 2006, p. 177)

Os trabalhos intelectual e científico advêm de uma construção do conhecimento que envolve técnica e domínio da reflexão teórica. Aqui, cabe um debate que não se restringe ao que é ciência, à construção do conhecimento ou à objetividade, mas que também problematiza o conceito de trabalho, no que diz respeito à função das pesquisas que as professoras negras da UFBA realizam cotidianamente no exercício da profissão. Dessa forma, compreendemos a construção de si e a consciência de si, considerando o exercício e a vivência negra da intelectualidade, a partir dos insights das participantes da pesquisa. De acordo com a interlocutora Carolina Maria de Jesus:

[...] Se eu faço um Feminismo Negro acadêmico são duas dimensões vinculadas. Para mim, as maiores referências vinculadas, acho que antes de pensar a academia e pensar uma militância, tem muito mais a ver com as mulheres que me cercam. Sou filha de uma mãe pedagoga, de uma avó professora. Pensar o lugar da formação, como um lugar emancipador de emancipação, para mim vem antes de pensar o feminismo, e antes de pensar a academia, em estando na academia. E pensando no feminismo, eu acho que identifico essas questões, dimensões que me afetam a pensar formação nessas referências anteriores que já carregava. Pensando na minha trajetória, esse lugar do que eu identifico como um modo feminista, uma prática, enfim, de constituição de prover a vida, né? Tipo, é muito deste lugar que estou hoje, olhando para isso dessa forma, mas, tipo minha avó jamais se reconheceria nessa chave, inclusive tem uma construção em torno das questões de gênero extremamente complicadas, assim, é por parte da minha avó. Então, eu acho que, ao mesmo tempo, tem uma prática de prover uma emancipação para as filhas e mulheres da família, entendendo que a formação é a única forma de assegurar a uma vida, que ela não colocaria na chave da independência, mas talvez colocasse na chave, e autonomia para lidar com as contingências da vida. (Carolina Maria de Jesus [nome fictício], entrevista pessoal, 2025)

A docente demonstra a importância da militância a partir de um compromisso com a formação engajada, numa concepção de emancipação pautada na experiência — algo que, para ela, se encontra na relação familiar, especialmente com a mãe pedagoga e a avó professora. Esse percurso aponta para uma perspectiva de emancipação feminista, colocando a educação como elemento central. Ao chegar à academia, o feminismo se apresenta como emancipatório, oferecendo uma forma diferenciada de conhecimento dentro desse espaço. Em sua fala, a construção de sentido está ancorada na relação com essas duas mulheres negras de sua família, que a influenciam na ação e na prática engajadas, estabelecendo uma conexão com o feminismo negro, ainda que não explicitamente nomeada como tal, visto que, na agenda do Feminismo Negro, emancipação e educação estão intrinsecamente relacionadas. As informações trazidas pela interlocutora permitem, ainda, refletir sobre a perspectiva feminista a partir de um olhar geracional e político:

Pensando nas perspectivas feministas, pensando geracionalmente, eu acho que, assim, a geração da minha mãe já é uma geração que constrói uma leitura sobre gênero, que não apenas informada por uma chave feminista exatamente, mas uma aproximação com os movimentos, Movimento Negro. Minha mãe já vai para a academia. Então, talvez e, sobretudo, pensando essa dimensão potencial de emancipação da formação, talvez eu diria, sim, é... mas pensando a academia como lugar da emancipação, tipo,

talvez sim, talvez não, tenho tentado escrever inclusive a educação, a formação, para além da academia, e no sentido também de emancipações possíveis. Então, talvez eu não tenha uma resposta fechada. Assim, eu acho... penso a formação, a prática profissional. Assim, me vejo mais, hoje, como uma formadora do que prioritariamente uma acadêmica, embora seja, mas eu acho que talvez esse lugar da formação é onde eu finco mais a minha crença, de que, digamos assim, num potencial emancipador e feminista, dentro desse Feminismo Negro ancorado nas mais velhas do que especificamente na academia, sabe? Com A maiúsculo. Mas, é isso, estando na academia tento fazer uma possibilidade de uma prática de formação ancorada numa perspectiva emancipatória, formada pelas mulheres que me formaram. (Carolina Maria de Jesus [nome fictício], entrevista pessoal, 2025)

A entrevistada explica que, a partir da emancipação e da ação, desenvolve um feminismo negro acadêmico, que se constrói por meio de uma articulação triangular entre militância, emancipação e formação, baseada nas práticas desenvolvidas por gerações anteriores de mulheres negras — neste caso, ligadas à mãe da entrevistada, à sua avó, ao Movimento Negro e ao Movimento de Mulheres Negras. Esses encontros com mulheres negras aparecem com frequência nas falas das entrevistadas. A interlocutora Jerusa também destaca o encontro com mulheres negras de forma emancipadora:

Ter como orientadora uma mulher negra foi uma escolha política, assim como desenvolver um projeto de pesquisa de doutorado voltado para o estudo de sujeitas negras afro-diaspóricas na literatura de autoria negra feminina latino-americana. Acredito que essas atitudes terminam por contribuir para a autoestima e autoconfiança de estudantes e docentes negros e negras e, particularmente, de estudantes e docentes negras nos espaços acadêmicos, onde nossos saberes, nossa competência e/ou nosso trabalho são constantemente questionados, devido às opressões do racismo e do sexismo, além das de classe. Uma ex-aluna minha, afrodescendente, conseguiu uma bolsa para estudar em uma universidade no Chile e de lá me enviou um e-mail para agradecer pelo fato de tê-la feito acreditar em seu potencial. Isso foi muuuuito gratificante. (Jerusa [nome fictício], entrevista pessoal, 2025)

O relato dessa entrevistada destaca a importância de ter uma professora negra como orientadora. O que ocorreu em sua experiência acabou sendo replicado na relação com sua orientanda, evidenciando o papel preponderante da participação em projetos de pesquisa, o que contribui para o fortalecimento da autoestima e da autoconfiança. Na sua fala, a professora enfatiza que essa relação é fundamental, pois ajuda a reduzir desigualdades, opressões, racismo e sexismo presentes na academia.

Podemos perceber que essa percepção se aproxima do que a professora Carolina Maria de Jesus chama de emancipação e formação, constituída como uma transição de ideias ligada à construção de sujeitos e à percepção de si, bem como à relação estabelecida com pares negros, formando uma conexão de suporte — assim como as professoras negras receberam em suas trajetórias. Essa percepção também se manifesta na fala de outra entrevistada, que ressalta sua contribuição na formação dos estudantes:

Acredito que sim, pois é por meio da minha força, do poder conquistado advindo do meu percurso acadêmico, posso apoiar, incentivar, ajudar outras mulheres negras a se capacitarem, seja em nível de Graduação e Pós-Graduação, para também atuar no enfrentamento do racismo (Laura [nome fictício], entrevista pessoal, 2025)

Segundo a entrevistada Paula Moreno, professora do Instituto de Letras, a relação com os movimentos sociais auxilia as professoras negras a não se esquecerem de suas origens e a manterem o senso coletivo. Em suas palavras: “É fundamental. O ambiente universitário é muito tóxico, muito individualista, os egos das pessoas são bem inflados. Participar de grupos sociais, de movimentos sociais, te devolve à sua realidade e te lembra quem você é e por que está naquele espaço”, e acrescenta que:

Eu participava da Pastoral da Criança. Eu era católica, preparava multimistura para as crianças, para combater a sub-nutrição no bairro periférico, lá em São Paulo. Depois no ensino médio eu também participei, e no ensino superior eu dei um pouco de aula, que era o EDUCAFRO, voltado para o público negro na Pós-Graduação, participei no Doutorado. Mais para o final, comecei a participar de um grupo de uma grande amiga, que também fez Ciências Sociais. Ela oferece curso de danças africanas e afro-brasileira, a fim de ajudar, é para ajudar as mulheres negras na recuperação de sua autoestima. Comecei a fazer parte desse grupo, não como líder, mas só como participante, e aí os ensaios acontece nos cursinhos populares, lá em São Paulo. Eu fiquei um período. (Paula Moreno [nome fictício], entrevista pessoal, 2025)

A interlocutora reforça a importância de sua experiência na Pastoral da Criança da Igreja Católica, nos cursinhos populares negros e em sua participação em um projeto de dança afro-brasileira. Todas essas vivências contribuíram para suas ações na universidade pública e lhe permitem manter suas raízes, sem esquecer sua condição racial, como ela mesma explica. A entrevistada complementa falando da relação com sua irmã, que também é uma referência para ela, o que se aproxima da trajetória da interlocutora Carolina Maria de Jesus, que se espelha em sua avó e mãe.

É importante observar que as relações afetivas e as trajetórias de pares negros e familiares são destacadas pelas entrevistadas como elementos que as impulsionam. As conexões estabelecidas com as mulheres de

suas famílias e com os diferentes movimentos sociais contribuem para a formação de uma consciência racial, a qual subsidia a construção de um feminismo negro acadêmico, conforme se evidencia na fala da docente Paula Moreno:

Minha irmã [risos]... eu aprendi muito com ela. Estuda Ciências Sociais, e eu estudo Letras. Eu reviso os textos dela. Então, ela estudou no Mestrado o Machado de Assis, estudou os temas sociais, né? A violência na obra dele, a escravidão, a ciência, é... enfim... li o trabalho dela achei superlegal. E no Doutorado ela pesquisou a obra de Maria Carolina de Jesus [autora], que eu também nunca tinha lido. E assim, a primeira intelectual negra que me influencia é a minha irmã. (Paula Moreno, entrevista pessoal, 2025)

De acordo com a interlocutora Jerusa, para além das relações familiares, as demais redes que se estabeleceram ao longo de sua trajetória foram fundamentais para a construção do que estou chamando de feminismo negro acadêmico. Esse feminismo perpassa a leitura, a produção do conhecimento, as políticas de citação, a socialização do conhecimento produzido, além da relação com os pares e com os/as estudantes.

O feminismo negro acadêmico advém de uma prática pedagógica feminista negra, pautada em ações que conectam pares negros a partir de suas trajetórias. Essas trajetórias são influenciadas por saberes diversos, que trazem perspectivas e ferramentas diferentes para observar e refletir sobre os fenômenos sociais. Tais ferramentas estão ligadas a práticas insubmissas, ao engajamento social, à leitura de textos de autores negros e à relação com a música negra, por exemplo, estando conectadas a uma pedagogia feminista negra presente no currículo, na ação dos projetos de pesquisa e extensão, na relação com os/as estudantes negros/as e na construção epistemológica.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A capacidade de agência das professoras negras, bem como a articulação e a construção de alianças, as coloca em uma posição de subversão da lógica estrutural acadêmica em determinados contextos. Isso se dá a partir da insubmissão/insubordinação, que influencia a reconstrução do imaginário social a partir da perspectiva do Feminismo Negro e de sua prática pedagógica.

Portanto, podemos compreender que existe uma prática pedagógica feminista negra insurgente, que possibilita o agenciamento das professoras negras na construção do saber e de novas epistemologias, bem como na transformação gradual do currículo nos diferentes campos do conhecimento. Nesse sentido, as contribuições para o Feminismo Negro residem justamente no nascedouro de um feminismo negro acadêmico, que advém de uma prática vivenciada antes da entrada na academia, nas experiências com ou no Movimento de Mulheres Negras ou mesmo nas relações afetivas com mulheres negras de suas famílias.

Nossa contribuição, portanto, é atentar para esses diálogos, práticas e experiências que surgem de outros espaços, mas que contribuem fortemente para a constituição do feminismo negro acadêmico. Dessa forma, a prática pedagógica feminista negra leva as professoras negras a uma (re)dimensão da condição de trabalho e do trabalho intelectual. O trabalho acadêmico se relaciona não apenas com a construção do conhecimento, mas também com o engajamento político e social para a transformação do espaço universitário brasileiro. Isso se manifesta na dimensão cosmológica das professoras negras, na forma como suas biografias foram construídas.

Ou seja, o trabalho intelectual reverbera em uma produção acadêmica engajada e com consciência racial, incluindo autoras e autores negros/as, projetos de pesquisa ligados às questões raciais, disciplinas e debates qualificados sobre as desigualdades de gênero e raça, pautados pelo pensamento de pesquisadoras e pesquisadores negros/as. Considerando que a produção intelectual também envolve a condição e a hierarquização racial, não basta apenas contestar o privilégio masculino branco na ciência, sendo necessário também refletir sobre a estrutura racista da sociedade brasileira, que permeia a produção científica.

REFERÊNCIAS

- AZEREDO, Sandra. Teorizando sobre gênero e relações raciais. *Revista Estudos Feministas*, ano 2, n. 8, p. 203-216, out. 1994. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16103/14647>. Acesso em: 20 jan. 2025.
- BAIRROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. *Revista Estudos Feministas*, v. 3, n. 2, 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16462/15034>. Acesso em: 14 dez. 2024.
- CABRAL, Giovana; BAZZO, Antônio Walter. As mulheres nas Escolas de Engenharia brasileiras: história, educação e futuro. *Revista de Ensino de Engenharia*, v. 24, n. 1, p. 3-9, 2005. Disponível em: <https://scispace.com/pdf/as-mulheres-nas-escolas-de-engenharia-brasileiras-historia-4ip8cvqeuq.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2024.
- CALDWELL, Kia Lilly. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, v. 8, n. 2, p. 91-108, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11922/11177>. Acesso em: 7 out. 2024.
- CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.
- FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Tradução de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- FERNANDES, Felipe Bruno Martin; DANTAS, Míria; PEREIRA, Marina. Zahidé Machado Neto: uma pioneira dos estudos sobre a mulher na Bahia. *ACENO*, v. 3, n. 5, p. 108-124, jan./jul. 2016. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno/article/view/3708>. Acesso em: 14 out. 2014.
- FIGUEIREDO, Angela. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 12, n. 29, p. 2-24, e0102, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180312292020e0102/11455>. Acesso em: 21 out. 2024.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. 13. reimpressão. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Rio de Janeiro, p. 233-243, out. 1984.
- GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da História*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- HOOKS, bell. Intelectuais negras. *Revista Estudos Feministas*, v. 3, n. 2, p. 464-478, 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465/15035>. Acesso em: 10 jan. 2025.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *A vida sexual dos selvagens*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1982.
- OLIVEIRA, de Roberto Cardoso. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. *Revista de Antropologia*, São Paulo, LISP, v. 39, n. 1, 1996. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/111579#:~:text=Se%20o%20Olar%20etnogr%C3%A1fico%2C%20tanto, revela%20em%20sua%20 plena%20criatividade>. Acesso em: 3 jun. 2024.
- OLIVEIRA, Iris Verena. Narrativa de práticas docentes como intelectual negra: invenções e rasuras. *Revista Práxis Educacional*, Vitória da Conquista, BA, v. 15, n. 32, p. 89-114, abr./jun. 2019. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/5045/3914>. Acesso em: 20 dez. 2024.
- WERNECK, Vera Rudge. Sobre o processo de construção do conhecimento: o papel do ensino e da pesquisa. *Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 51, p. 173-196, abr./jun. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/yy5rBTwpjnh4mq7QWcFDwN/>. Acesso em: 30 jul. 2024.

Data de submissão: 05/05/2025

Data de Aceite: 25/09/2025

Data de publicação: 15/12/2025